

Servidor teme fim de benefício

Funcionários da Petrobrás denunciam emendas

Rio — Extinção do salário mínimo nacional, fim da gratificação de férias, redução da licença-maternidade, eliminação da licença-paternidade são alguns dos temas em debate no processo de revisão constitucional no Congresso Nacional. Foram apresentadas 15 propostas para acabar com o salário mínimo nacional unificado, conforme levantamento da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), que listou as emendas apresentadas pelos parlamentares para modificar os direitos sociais dos trabalhadores.

A pesquisa contabilizou 30 emendas que restringem o direito de greve e outras 30 propondo o fim do ensino gratuito nas universidades. O salário-família também mereceu atenção dos deputados: recebeu 11 propostas de extinção ou modificação. Seis prevêem a eliminação da licença-paternidade e três querem reduzir a licença-maternidade. Cinco deputados querem acabar com o FGTS ou retirá-lo da Constituição, enquanto outros cinco pretendem reduzir o aviso-prévio e quatro querem acabar a unicidade sindical.

As emendas chegam a minúcias. O deputado Eduardo Mascarenhas PSDB-RJ, recordista na apresentação de emendas (422), por exemplo, quer tirar da Constituição a aposentadoria integral dos acidentados que tiveram invalidez permanente. O deputado Euler Ribeiro (PMDB-AM) quer eliminar a gratificação natalina para aposentados e pensionistas. O deputado Sarney Filho (PFL-MA)

propõe estender a aposentadoria compulsória só para o trabalhador que alcançar 75 anos de idade. Outros quatro deputados apresentaram emendas semelhantes. A preocupação de deputada Rose de Freitas (PSDB-ES) foi com o nome salário mínimo. Ela propõe a adoção de um novo nome, o salário vital, no que tem o apoio de Clóvis Assis (PSDB-BA).

O deputado Eduardo Mascarenhas, além de eliminar os pisos profissionais por categoria, propõe acabar com o FGTS, o salário-família e o salário mínimo nacional. Ele pretende também restringir o direito de greve. Ao todo, foram apresentadas 21 emendas modificando o regime de aposentadoria dos trabalhadores, a maioria acabando com a aposentadoria por tempo de serviço, ou propondo sua retirada da Constituição.

Se depender das emendas à Constituição apresentadas pelo ex-ministro do Trabalho e deputado João Mellão Neto (PL-SP) — o mais citado no levantamento da Aepet — o trabalhador terá o salário mínimo fixado pelo mercado; receberá 25% por horas-extras trabalhadas e não 50%, como hoje; perde a gratificação de férias, licença-paternidade, aposentadoria por tempo de serviço. Suas emendas prevêem ainda a dispensa dos sindicatos nas negociações entre patrões e empregados, redução de 120 para 90 dias da licença-maternidade. Já seu colega de partido Paulo Lima acha que esta redução ainda tímida e propõe só 60 dias.